



CHAMAMENTO PÚBLICO N º 01/2018 EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PARCERIA ATRAVÉS DE TERMO DE COLABORAÇÃO PARA O ANO DE 2018, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL 13.019/2014 SUAS ALTERAÇÕES, E DECRETO MUNICIPAL Nº. 003/2017 E 106/17

O Senhor Prefeito do Município de Vargem Grande Paulista, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que se acha aberto neste Município, o CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2018, de acordo com o que determina a Lei nº 13.019/2014, bem como nos termos da Lei 8.666/93, da Instrução nº 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e na presença da Comissão de Seleção designada pela Portaria nº 1934/2017 e as cláusulas e condições deste Edital, para firmar TERMO DE COLABORAÇÃO, com Organizações da Sociedade Civil:

1. DO OBJETO

O objeto deste Chamamento Público é a seleção de Plano de Trabalho, executados por Organização da Sociedade Civil (OSC) para prestar serviço de atendimento à Educação Especial – Atendimento Educacional Especializado Exclusivo – Escolarização Inicial, na modalidade de Educação Especial, com deficiência intelectual múltipla (deficiência intelectual múltipla e/ou transtorno global do desenvolvimento associado à deficiência intelectual e serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) para pessoas com deficiência intelectual.

- Polo 1: atendimento à Educação Especial – Atendimento Educacional Especializado Exclusivo – Escolarização Inicial, na modalidade de Educação Especial, com deficiência intelectual múltipla (deficiência intelectual múltipla



e/ou transtorno global do desenvolvimento associado à deficiência intelectual, para crianças de 0 a 12 anos, limitada à participação a um máximo de 12 (doze) crianças;

- Polo 2: serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) para pessoas de 13 a 29 anos com deficiência intelectual e múltipla, limitada a participação para 36 (trinta e seis) pessoas.

2. TIPO DE PARCERIA

Considerando o Processo Administrativo nº 8172/2017, esta parceria será realizada por meio de **TERMO DE COLABORAÇÃO** na forma do art. 16 da lei 13.019/2014.

3. DO VALOR PREVISTO PARA REALIZAÇÃO DO OBJETO

O valor anual que a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL transferirá a OSC para viabilizar a parceria será de até:

- Polo 1: R\$ 174.240,00 (cento e setenta e quatro mil e duzentos e quarenta reais);

- Polo 2: R\$ 470.880,00 (quatrocentos e setenta mil, oitocentos e oitenta reais), sendo R\$ 392.400,00 (trezentos e noventa e dois mil e quatrocentos reais), considerando 10 (dez) meses para o exercício de 2018, e R\$ 78.480,00 (setenta e oito mil e quatrocentos e oitenta reais), considerando dois meses para o exercício de 2019.

A OSC poderá atribuir valor de contrapartida no Plano de Trabalho, se responsabilizando pela sua execução.



4. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O presente objeto deverá ser executado num período de 12 meses, para Polo 1 e o Polo 2.

5. DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A programação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria correrá por conta da unidade orçamentária:

Polo 01: 02.03.05.12.367.2003.2030 – Desenvolvimento de Ações Educacionais às pessoas com necessidades especiais – 3.350.43.00 – Subvenções Sociais.

Polo 02: 02.05.04.08.244.4003.2132 – Proteção Social Básica – 33.50.43.00 – Subvenções Sociais.

6. DATA E LOCAL DE ENTREGA DO PLANO DE TRABALHO E DEMAIS DOCUMENTOS

Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação da OSC e o Plano de Trabalho, deverão ser entregues até **às 13:30 horas do dia 15 de fevereiro de 2018**, na sala 11b, Secretaria de Assuntos jurídicos, localizada no Paço Municipal, Praça da Matriz, 75, Centro, quando serão abertos, não sendo considerados os envelopes apresentados em atraso.

Caso o representante legal da entidade não puder comparecer à sessão, aquele poderá outorgar poderes à terceiros, que deverá comparecer devidamente munido de procuração.



7. DAS PUBLICAÇÕES E INTIMAÇÕES

Todas as publicações e intimações, inclusive para fins de recurso, serão feitas no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Vargem Grande Paulista (www.vargemgrandepta.sp.gov.br) conforme art. 26 da Lei 13.019/2014 e no quadro de avisos afixado no Paço Municipal “Ari Bigarelli”.

8. DO CONTEÚDO E DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

A Documentação necessária à Habilitação e o Plano de Trabalho deverão ser apresentadas em envelopes distintos e lacrados conforme modelos abaixo:

**IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA
SOCIEDADE CIVIL
ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE
HABILITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 01 /2018**

**IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA
SOCIEDADE CIVIL
ENVELOPE Nº 02 – PLANO DE TRABALHO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 01 /2018**

Os Documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- a) Originais ou publicação em Órgão Oficial, ou, ainda, por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório;
- b) Dentro do prazo de validade, para aqueles cuja validade possa expirar. Na hipótese do documento não conter expressamente o prazo de validade, deverá



ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua emissão.

c) Plano de Trabalho original devidamente assinado.

Os documentos deverão ser apresentados em única via, em língua portuguesa, redigida com clareza e de maneira metódica e racional, de modo a oferecer fácil compreensão, com todas as folhas assinadas ou rubricadas manualmente pelo representante legal da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou por seu procurador legalmente constituído.

Os proponentes são responsáveis pela veracidade das informações prestadas, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento e no envio de documentos, isentando Prefeitura do Município de Vargem Grande Paulista de qualquer responsabilidade civil ou penal.

A apresentação do Plano de Trabalho implicará, ao seu autor, o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

A Prefeitura do Município de Vargem Grande Paulista não se responsabilizará por propostas que deixarem de ser concretizadas por fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, tampouco por falhas decorrentes do equipamento do candidato.

Informações poderão ser obtidas por meio do telefone (11) 4158-8800, ramal 254.

9. DA DOCUMENTAÇÃO



A Organização da Sociedade Civil interessada em receber recursos da Administração Pública, deverá apresentar a documentação da seguinte forma:

ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO DA OSC

ENVELOPE Nº 02 – PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho deverá ser elaborado em conformidade com o art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 22 da Lei 13.019/2014, tendo como modelo o ANEXO I.

O item “Plano de Aplicação” do Plano de Trabalho deve ser especificado, sendo certo que a Comissão não aceitará valores globais relacionados a itens e objetos genéricos.

Para habilitação a OSC deverá apresentar os seguintes documentos (Envelope nº 01):

- I – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, a fim de comprovar que possui no mínimo, um, ano de existência, com cadastro ativo;
- II – Atestado fornecido por instituição de direito público ou privada que comprove experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante ao objeto da parceria;
- III - Documento que comprove a capacidade das instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.



- IV - Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;
- V - cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;
- VI - Certidão nominal atualizada dos dirigentes da Organização da Sociedade Civil, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles;
- VII - Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado;
- VIII - Certificação ou Lei que qualifica a Organização da Sociedade Civil de utilidade pública (não obrigatório);
- IX - Certificado de Registro de Organização da Sociedade Civil de fins filantrópicos ou registro no conselho municipal da área (obrigatório);
- X – Certidão ou Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- XI – Certidão ou Prova de regularidade Municipal;
- XII - Certidão Conjunta Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- XIII - Certidão ou Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da *Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas*, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;
- XIV - Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;
- XV - Declaração de abertura de conta bancária específica para cada parceria (ANEXO IV);
- XVI - Declaração de que os dirigentes da Organização da Sociedade Civil não são agentes políticos, e que não possui parentesco até 2º grau, inclusive por afinidade, com agentes políticos de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental



ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade;

XVII - Declaração informando que o objeto a ser executado representa vantagem econômica para a Administração Municipal, em detrimento da realização direta do seu objeto;

XVIII - Declaração que a Organização da Sociedade Civil se compromete a atender a Lei Federal nº 12.527/2011 e dar publicidade ao objeto pactuado;

XIX - Declaração de que a OSC não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos e que, portanto, não se submete às vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações;

XX - Declaração de que não haverá contratação ou remuneração a qualquer título, pela OSC, com os recursos repassados, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias, de acordo com o disposto no artigo 45, II, da Lei 13.019/14;

XXI - Conhecimento tácito das condições do Chamamento Público e da Parceria a ser firmada;

Não será aceito Plano de Trabalho cujo valor a ser repassado pela Administração Municipal estiver maior que o previsto no item 3 deste Edital.

10. DA SESSÃO PÚBLICA

A sessão pública será realizada por uma Comissão de Seleção e Julgamento designada pela Chefe do Poder Executivo.



Durante a sessão pública a Comissão de Seleção poderá requisitar o apoio de servidores técnicos de diversas áreas da Administração Municipal, inclusive da Procuradoria Jurídica do Município, a fim de esclarecer eventuais dúvidas ou condutas a serem executadas para o bom andamento do Chamamento.

A abertura dos envelopes será realizada em sessão pública pela Comissão de Seleção e Julgamento.

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data acima mencionada, o chamamento público ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

A Comissão de Seleção designada pelo Prefeito do Município, através da Portaria n.º 1934/2017, abrirá primeiramente o envelope n.º 01 que contém a habilitação, estando os documentos de acordo com o previsto neste Edital, verificará posteriormente os documentos relativos ao plano de trabalho (envelope n.º 02).

A Comissão de Seleção poderá suspender a sessão sempre que julgar necessário para analisar os documentos objetivando confirmar as informações prestadas.

Após o exame da documentação apresentada e a formulação de eventuais impugnações, deverá a Comissão de Seleção apresentar sua decisão sobre a habilitação da participante e consultá-la sobre a interposição de recursos, determinando o prazo para este fim.

10.9 Será inabilitada a Organização da Sociedade Civil cuja documentação não satisfizer às exigências deste Chamamento Público.



11. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E JULGAMENTO DO PLANO DE TRABALHO

A Comissão de Seleção utilizará os critérios citados na tabela abaixo para classificação do Plano de Trabalho:

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

	Peso	Plenamente Satisfatório (A)	Satisfatório (B)	Insatisfatório (C)
Pontuação		2	1	0
1. Viabilidade dos Objetivos propostos	1			
2. Consonância com objetivos propostos	1			
3. Estratégia prevista para execução das ações	1			
4. Coerência do valor global proposto com o valor referencia	2			
5. Capacidade técnica e operativa	5			
6. Viabilidade dos indicadores apresentados para aferição do cumprimento das metas	2			
7. Coerência das metas indicadas	2			
8. Descrição das ações e o	3			



nexo com o projeto proposto				
9. Natureza da proponente	3			
TOTAL				

Descrição dos Critérios de Seleção dos Projetos:

1. Viabilidade dos Objetivos propostos: Se os objetivos apresentados são viáveis e exequíveis. Peso 1
2. Consonância com objetivos propostos: Se os objetivos estão de acordo com o previsto pela legislação correspondente ao desporto escolar. Peso: 1
3. Estratégia prevista para execução das ações. Se as ações programadas na proposta possuem uma estratégia de realização exequível. Peso 1
4. Coerência do valor global proposto com o valor de referencia. Se o valor apresentado na proposta são exequíveis e se estão em consonância com o valor referencia. Peso 2
5. Capacidade técnica e operativa. Se a proposta traz conhecimento sobre realidade do público-alvo e se demonstra experiência com o serviço proposto. Peso: 5
6. Viabilidade dos indicadores apresentados para aferição do cumprimento das metas. Se os indicadores apresentados podem efetivamente aferir as metas propostas. Peso 2



7. Coerência das metas indicadas. Se as metas propostas a serem alcançadas estão em acordo com o objeto e objetivos e se estão claras quanto a sua efetividade. Peso 2

8. Descrição das ações e o nexa com o projeto proposto. Se as ações descritas a serem realizadas possuem nexa com o objeto e objetivos permitindo sua execução nas formas determinantes de eventos dessa categoria. Peso 3

9. Natureza da Proponente. Se existe compatibilidade entre o projeto a ser realizado e a permissibilidade estatutária em suas finalidades, especialmente quanto a evento específico de desporto escolar e nas modalidades estabelecidas no projeto. Peso 3

Ocorrendo empate serão adotados os seguintes critérios para desempate:

- a) Maior pontuação no item “capacidade técnica e operativa”
- b) A proposta que for a mais adequada ao valor de referencia constante neste edital.

A proponente que apresentar grau insatisfatório em qualquer dos itens dos critérios de avaliação será desclassificada.

A classificação obedecerá ao grau de pontuação obtido pelas proponentes, sendo aferida através da multiplicação dos pontos indicados em A, B ou C pelo peso, conforme Tabela de Critério de Avaliação descrita no item 11.1.

12. DA CELEBRAÇÃO



Após selecionada a Proposta, aprovado o Plano de Trabalho e obedecida as demais formalidades legais, será assinado o TERMO DE COLABORAÇÃO (ANEXO X) entre a Organização da Sociedade Civil e a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL e, a qual incumbirá o repasse dos valores em conta corrente específica, conforme Plano de Trabalho e cronograma de desembolso à parceira.

O prazo para repasse da primeira parcela será de 05 (cinco) dias úteis, a contar da assinatura do Termo de Colaboração.

Para assinatura do Termo de Colaboração a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL se valerá de conferir a regularidade da OSC no ato da assinatura e das vedações previstas na Lei 13.019/2014.

13. DA FISCALIZAÇÃO

A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL indicará no Termo de Colaboração o GESTOR DA PARCERIA, o qual deverá acompanhar e fiscalizar, o projeto apresentado, sem prejuízo do acompanhamento da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do Controle Interno e dos demais órgãos de fiscalização.

14. DA INEXECUÇÃO

A inexecução total ou parcial do presente Termo ou o descumprimento de qualquer dispositivo do Edital enseja a sua rescisão, com as consequências previstas na Lei Federal nº 13.019/2014.



A rescisão poderá ocorrer mediante acordo das partes, nos moldes da Legislação vigente.

15. DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados em conta específica da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, vinculada ao objeto, e aplicados no mercado financeiro ou em caderneta de poupança, até sua utilização.

No final do programa, caso haja saldo remanescente, este deverá ser devolvido à Administração Municipal.

Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços da OSC.

Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, poderá admitir a realização de pagamentos em espécie, desde que devidamente justificado.

16. DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) inexecução do objeto;
- b) falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;



- c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- d) descumprimento dos termos previstos neste instrumento.

17. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas se dará mensalmente para a liberação da próxima parcela de desembolso, conforme pactuado no Termo de Colaboração.

A prestação de contas se efetivará de modo físico, e terá a devida publicidade e transparência dos recursos públicos.

Durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia subsequente ao da prestação de contas integral, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se compromete em manter em arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

18. DAS PROIBIÇÕES

Fica ainda proibido à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) a redistribuição dos recursos recebidos a outras Organizações da Sociedade Civas, congêneres ou não;
- b) integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL;



- c) realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste Termo de Colaboração;
- d) utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração;
- d) utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo de Colaboração;
- e) executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
- f) transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;
- g) retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
- h) deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida pactuada no Plano de Trabalho;
- i) Realizar despesas com: A) Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros, bem como verbas indenizatórias; B) Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; C) Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13019/2014; D) Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas;
- j) Adquirir bens permanentes com os recursos municipais, salvo a aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e a



contratação de serviços para adequação de espaço físico, desde que necessário à instalação de referidos equipamentos e materiais, conforme dispõe artigo 31 do Decreto Municipal 003/2017;

l) pagamento de despesas bancárias.

19. DAS PENALIDADES

A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL poderá aplicar as seguintes penalidades na ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL pelo não cumprimento do presente instrumento:

- a) advertência;
- b) suspensão dos repasses;
- c) multa;
- d) declaração de idoneidade e proibição de recebimento de recursos públicos.

Todas as penalidades mencionadas deverão estar devidamente fundamentada e concedida direito de ampla defesa e contraditório, bem como comunicada ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

A aplicação de multa será de 1% do valor total do Termo de Colaboração.

20 – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA



O Termo de Colaboração poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer tempo, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência, desde que cumprido o prazo mínimo de 90 (noventa) dias para publicidade dessa intenção.

Constitui motivo para rescisão do Termo de Colaboração o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado.

21- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS e DOS RECURSOS

A Organização da Sociedade Civil poderá apresentar recurso, junto à ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, contra o resultado preliminar, no prazo de 3 (três) dias do resultado da seleção, mediante ofício específico e individualizado por item/projeto, ao qual concorre, com as razões fundamentadas de sua irresignação, bem como, documentos que julgar necessários.

Não caberá novo recurso da decisão proferida no item 21.1 deste Edital.

Após o julgamento ou o transcurso do prazo para interposição de recurso a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, promoverá a homologação do resultado e divulgará, no seu sítio eletrônico oficial e no órgão oficial de imprensa, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

Decairá do direito de recorrer, a organização da sociedade civil que não atender ao prazo recursal previsto ou apresentar recurso desconformidade com o previsto neste edital.



Em caso de desistência da organização da sociedade civil em celebrar o Termo de Colaboração, objeto do presente Edital, em qualquer uma de suas fases, poderá fazê-lo mediante ofício.

Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de quaisquer espécies, entre a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL e o pessoal que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste Instrumento.

O Termo de Colaboração poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de TERMO DE ADITAMENTO, inclusive com reajuste dos valores repassados, se devidamente justificado e observada a conveniência do interesse público.

Os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital serão dirimidos pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, sempre com supedâneo na Lei 13.019/2014.

22. DOS ANEXOS:

ANEXO I – PLANO DE TRABALHO

ANEXO II - Certidão nominal atualizada dos dirigentes da Organização da Sociedade Civil,

ANEXO III - Declaração de abertura de conta bancária específica para cada parceria;

ANEXO IV - Declaração de que os dirigentes da Organização da Sociedade Civil não são agentes políticos, e não possui parentesco até 2º grau, inclusive por afinidade, com agentes políticos de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera



governamental ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade;

ANEXO V - Declaração informando que o objeto a ser executado representa vantagem econômica para a Administração Municipal, em detrimento da realização direta do seu objeto;

ANEXO VI - Declaração que a Organização da Sociedade Civil se compromete a atender a Lei Federal nº 12.527/2011 e dar publicidade ao objeto pactuado;

ANEXO VII - Declaração de que a OSC não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos e que, portanto, não se submete às vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações;

ANEXO VIII - Declaração de que não haverá contratação ou remuneração a qualquer título, pela OSC, com os recursos repassados, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade ;

ANEXO IX – Conhecimento tácito das condições do Chamamento Público e da Parceria a ser firmada;

ANEXO X – Minuta de Termo de Colaboração

JOSUÉ SILVEIRA RAMOS

Prefeito



ANEXO I

PLANO DE TRABALHO

1 – DADOS CADASTRAIS

1.1 Órgão/Proponente		1.2 CNPJ		
1.3 Endereço				
1.4 Cidade		1.5 UF	1.6 CEP	1.7 Esfera Administrativa
1.8 DDD	1.9 Fone		1.10 Fax	1.11 e-mail
1.12 Nome do Responsável			1.13 CPF	
1.14 RG/Órgão Expedidor			1.15 Cargo/Função	
1.16 Endereço			1.17 CEP	

2. DISCRIMINAÇÃO DO PROJETO

2.1 Título do Projeto		2.2 Período de Execução	
		2.2.1 Início	2.2.2 Término
1.3 Objeto do Projeto			



1.4 Justificativa da Proposição
1.5 Público Alvo

3 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

3.1 Meta	3.2 Etapa /Fase	3.3 Especificação	3.4 Indicadores		3.5 Período	
			3.4.1 Unid	3.4.2 Qtde	3.5.1 Início	3.5.2 Término



PERIODICIDADE ; mensal, anual, a cada parcela, informar datas
Deve Convergir com a execução das etapas/fases

7 COMPARATIVO COM PESQUISA DE MERCADO
PESQUISA DE MERCADO

Fonte de Pesquisa:					
Período da Pesquisa:					
META/ ETAP A	ESPECIFICAÇÃO	Unid.	Valor Unit.	Valor Total	Média

CONSTAR:

- ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE PROPONENTE
- ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE CONCEDENTE
- DATA E LOCAL

8 – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Especificar os parâmetros a serem utilizados para aferição do
cumprimento das metas



9. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da Organização da Sociedade Civil, declaro, para fins de prova junto à Prefeitura do Município de Vargem Grande Paulista, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o tesouro ou qualquer órgão ou Organização da Sociedade Civil da Administração Pública, quem impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos deste Poder, na forma deste plano de trabalho.

Pede deferimento

Local e Data

OSC

10 – APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- APROVADO
 REPROVADO
 APROVADO COM RESSALVAS, com a possibilidade de celebração da parceria, devendo a Administração Municipal, cumprir o que foi ressaltado.

Local e data Comissão de Seleção

Local e data Administração Municipal



ANEXO II

CERTIDÃO CONTENDO O NOME DOS DIRIGENTES E CONSELHEIROS DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E PERÍODO DE ATUAÇÃO

CERTIDÃO

_____, presidente/diretor/provedor do (a) _____, CPF _____, Certifico que os dirigentes e conselheiros da referida Organização da Sociedade Civil, cujo período de atuação é de ____/____/____ a ____/____/____, são:

NOME	CARGO	ENDEREÇO	RG/EXP	CPF

Vargem Grande Paulista, ____ de _____ de 2018.

Assinatura e carimbo ou identificação



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA CORRENTE ESPECÍFICA

DECLARAÇÃO

_____, presidente/diretor/provedor do (a)
_____, CPF _____, declaro para
os devidos fins e sob penas da lei, que a conta bancária específica para a
parceria proposto é:

Banco: Banco _____

Endereço: _____

Município: _____

Telefone: _____

Agência n°: _____

Conta n°: _____

Vargem Grande Paulista, _____ de _____ de 2018.

Assinatura e carimbo ou identificação



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE QUE OS DIRIGENTES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NÃO SÃO AGENTES POLÍTICOS, NÃO POSSUI PARENTESCO ATÉ 2º GRAU, INCLUSIVE POR AFINIDADE, COM AGENTES POLÍTICOS DE PODER OU DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DIRIGENTE DE ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA MESMA ESFERA GOVERNAMENTAL OU RESPECTIVO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO, BEM COMO PARENTE EM LINHA RETA, COLATERAL OU POR AFINIDADE

DECLARAÇÃO

_____, presidente/diretor/provedor do (a)
_____, CPF _____, declaro para os devidos fins e sob penas da lei, que não integram a respectiva diretoria agentes políticos do governo CONCEDENTE, não possui parentesco até 2º grau, inclusive por afinidade, com agentes políticos de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade.

Vargem Grande Paulista, _____ de _____ de 2018.

Assinatura e carimbo ou identificação



ANEXO V

**DECLARAÇÃO QUE O OBJETO A SER EXECUTADO REPRESENTA
VANTAGEM ECONÔMICA PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

DECLARAÇÃO

_____, presidente/diretor/provedor do (a)
_____, CPF _____, declaro para
os devidos fins que o objeto a ser executado representa vantagem econômica
para a Administração Municipal, em detrimento da realização direta do seu
objeto, tendo em vista os seguintes motivos

_____.

Vargem Grande Paulista, _____ de _____ de 2018.

Assinatura e carimbo ou identificação



ANEXO VI

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A LEI FEDERAL Nº 12.527/2011 E
PUBLICIDADE**

D E C L A R A Ç Ã O

_____, presidente/diretor/provedor do (a)
_____, CPF _____, declaro para
os devidos fins e sob penas da lei, que a Organização da Sociedade Civil se
compromete em atender os requisitos previstos na Lei Federal nº 12.527/2011
e de forma especial ao artigo 11 da lei 13.019/2014, de forma especial a
publicidade aos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo
das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.
Vargem Grande Paulista, _____ de _____ de 2018.

Assinatura e carimbo ou identificação



ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE QUE A OSC NÃO ESTÁ IMPEDIDA DE CELEBRAR QUALQUER MODALIDADE DE PARCERIA COM ÓRGÃOS PÚBLICOS E QUE, PORTANTO, NÃO SE SUBMETE ÀS VEDAÇÕES PREVISTAS NO ART. 39 DA LEI FEDERAL Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014 E ALTERAÇÕES.

DECLARAÇÃO

_____, presidente/diretor/provedor do (a)
_____, CPF _____, declaro que esta OSC não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos e que, portanto, não se submete às vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações.
Vargem Grande Paulista, _____ de _____ de 2018.

Assinatura e carimbo ou identificação



ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO HAVERÁ REMUNERAÇÃO A QUALQUER TÍTULO, PELA OSC, COM OS RECURSOS REPASSADOS, DE SERVIDOR OU EMPREGADO PÚBLICO, INCLUSIVE AQUELE QUE EXERÇA CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CELEBRANTE, BEM COMO SEUS RESPECTIVOS CÔNJUGES, COMPANHEIROS OU PARENTES, ATÉ O SEGUNDO GRAU, EM LINHA RETA, COLATERAL OU POR AFINIDADE

DECLARAÇÃO

_____, presidente/diretor/provedor do (a) _____, CPF _____, declaro que não haverá remuneração a qualquer título, pela OSC, com os recursos repassados, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias, de acordo com o disposto no artigo 45, II, da Lei 13.019/14.

Vargem Grande Paulista, _____ de _____ de 2018.



ANEXO IX

**CONHECIMENTO TÁCITO DAS CONDIÇÕES DO CHAMAMENTO PÚBLICO
E DA PARCERIA A SER FIRMADA**

DECLARAÇÃO

_____, presidente/diretor/provedor do (a)
_____, CPF _____, declaro para
os devidos fins que estou ciente da legislação de regência, especialmente
quanto à utilização dos recursos, da forma a ser efetuada a prestação de
contas e ao cumprimento das metas do Plano de Trabalho.

Comprometemos em receber, aplicar e prestar contas dos recursos que nos
forem concedidos pela Administração Municipal e darmos publicidade e acesso
a quem de direito solicitar.

Vargem Grande Paulista, _____ de _____ de 2018.

Assinatura e carimbo ou identificação



ANEXO X

MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº ____/2018

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE PAULISTA**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 51.455.0870001-22, estabelecido nesta cidade, na Praça da Matriz, 75, Centro, neste ato representado pelo Senhor Prefeito, Josué Silveira Ramos, doravante denominado **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** e do outro _____, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida nesta cidade, na _____ nº _____, no Município de Vargem Grande Paulista/SP, neste ato representado por seu Presidente, _____, brasileiro, _____, portador do RG nº _____, CPF nº _____, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, resolvem celebrar o **TERMO DE COLABORAÇÃO**, com fundamento no Processo Administrativo nº ____/2017 e Chamamento Público nº ____/2018, na Lei Federal nº 13.019 de 31 de Julho de 2014, na Instrução nº 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, sujeitando-se, no que couber, às normas contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Colaboração tem por objeto prestar serviço de atendimento à Educação Especial – Atendimento Educacional Especializado Exclusivo – Escolarização Inicial, na modalidade de Educação Especial, com



deficiência intelectual múltipla (deficiência intelectual múltipla e/ou transtorno global do desenvolvimento associado à deficiência intelectual e serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) para pessoas com deficiência intelectual, com as seguintes especificações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO

A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL nomeia como gestor do presente Termo de Colaboração o SR _____, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, conforme Portaria nº _____, de ____ de ____ de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

I – SÃO OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

- a) Transferir os recursos para a execução deste objeto;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- c) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, antes e durante a vigência do objeto;
- d) promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;
- e) aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
- f) receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;
- g) elaborar elucidativo parecer conclusivo sobre a prestação de contas da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar



se houve aplicação correta dos recursos no Plano de Trabalho apresentado e no art. 59 da Lei de nº 13.019/2014;

h) aplicar as penalidades previstas neste instrumento;

i) manter, em seu sítio oficial na internet, as informações da parceria celebrada, bem como o presente Termo de Colaboração.

II – SÃO OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Colaboração;

b) Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;

c) Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas este Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

d) Se responsabilizar pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;

e) Se responsabilizar pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Colaboração, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

f) Manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas integral, os documentos originais que compõem a prestação de contas;

g) Identificar o número do Instrumento da parceria e Órgão repassador no corpo dos documentos da despesa, e em seguida extrair cópia para anexar à prestação de contas a ser entregue no prazo a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL,



inclusive indicar o valor pago quando a despesa for paga parcialmente com recursos do objeto;

h) Divulgar esta parceria em seu sítio na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, conforme previsto no art. 11 da Lei 13.019/2014;

i) Comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento da fiscalização da Administração Pública Municipal, sob pena de suspensão da transferência.

j) Não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública.

k) Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, em anexo, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outra Organização da Sociedade Civil, congêneres ou não;

l) Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;

m) comprovar todas as despesas por meio de nota fiscal eletrônica ou recibo de autônomo (RPA), com a devida identificação da parceria celebrada, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;

n) aplicar os recursos repassados pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL e os correspondentes à sua contrapartida, exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;

o) comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta bancária.



- p) não aplicar Taxa de Administração ou despesas administrativas como condição para a execução do presente objeto.
- q) Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho.
- r) comprovar mensalmente e de forma integral no final do Termo de Colaboração todas as metas quantitativas e atendimentos de maneira nominal, constante no Plano de Trabalho.
- s) Efetuar cotação e pesquisa de preços, conforme regulamento próprio da Organização da Sociedade Civil, para aquisição de materiais e serviços.
- t) Manter-se adimplente com o Poder Público naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
- u) comunicar a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL a substituição dos responsáveis pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, assim como alterações em seu Estatuto;
- v) apresentar, mensalmente, (todo último dia útil do mês), a devida prestação de contas à Comissão competente e relatório sobre a execução da parceria, apresentando comparativo específico das metas propostas com os resultados quantitativos e qualitativos alcançados.

CLÁUSULA QUARTA – REGIME JURÍDICO DO PESSOAL

- A contratação de empregados para a execução do objeto, quando pagos integralmente com recursos desta parceria deverá obedecer ao princípio da legalidade, impessoalidade e da publicidade.

- Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de quaisquer espécies, entre a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL e o pessoal que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste Instrumento.



CLÁUSULA QUINTA – DO REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Para a execução das atividades previstas neste Termo de Parceria, no presente exercício, a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL transferirá à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, de acordo com o cronograma de desembolso, o valor total de R\$ _____ (_____).

O repasse da primeira parcela dar-se-á após cinco dias da data da assinatura do presente termo de Colaboração.

O repasse financeiro de cada mês fica condicionado à aprovação pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL da prestação de contas do mês anterior e, sendo aprovada, o repasse será feito até o quinto dia útil de cada mês.

CLÁUSULA SEXTA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros, segundo o cronograma de desembolso, serão depositados na conta específica da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, vinculada ao objeto, na Agência nº _____, no Banco _____, na Conta Corrente nº _____.

Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, poderá admitir a realização de pagamentos em espécie, desde que devidamente justificado.

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos.



A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a participar de novos parceiros, acordos ou ajustes com a Administração Municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) inexecução do objeto;
- b) falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- d) descumprimento dos termos previstos neste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 Prestar contas mensalmente, sob pena de suspensão dos recursos financeiros, e de forma integral das receitas e despesas, segundo a Lei nº 13.019/2014, e de acordo com os critérios e indicações exigidos pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, com elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, destacados nos relatórios de execução do objeto e de execução financeira, bem como entregar balanço patrimonial, balancete analítico anual, demonstração de resultado do exercício e demonstração das origens e aplicação dos recursos da Organização da Sociedade Civil parceira, segundo as normas contábeis vigentes.



CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

Este Instrumento tem sua vigência de ____/____/____ até ____/____/____, podendo ser aditivada, conforme Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PROIBIÇÕES

Fica ainda proibido à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) a redistribuição dos recursos recebidos a outras Organizações da Sociedade Civis, congêneres ou não;
- b) integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL;
- c) realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste Termo de Colaboração;
- d) utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração;
- e) utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo de Colaboração;
- f) retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
- g) deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida pactuada no Plano de Trabalho;
- h) Realizar despesas com: A) Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros, bem como verbas indenizatórias; B) Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; C) Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13019/2014;
- i) pagamento de despesas bancárias.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL poderá aplicar as seguintes penalidades na ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL pelo não cumprimento do presente instrumento:

- a) advertência;
- b) suspensão dos repasses;
- c) multa;
- d) declaração de idoneidade e proibição de recebimento de recursos públicos.

§1º Todas as penalidades mencionadas deverão estar devidamente fundamentada e concedida direito de ampla defesa e contraditório, bem como comunicada ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

§ 2º A aplicação de multa será de 0,5% a 1% do valor total deste Termo de Colaboração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Termo de Colaboração poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer tempo, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência, desde que cumprido o prazo mínimo de 90 (noventa) dias para publicidade dessa intenção.

Constitui motivo para rescisão do presente Termo de Colaboração o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Este Termo de Colaboração poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta



devidamente formalizada e justificada por meio de TERMO DE ADITAMENTO, inclusive com reajuste dos valores repassados, se devidamente justificado e observada a conveniência do interesse público.

Parágrafo Único: Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho com prévia apreciação da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL e aprovação do Gestor deste Instrumento ou Controle Interno, ficando vedada a alteração do objeto em qualquer hipótese.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Termo de Colaboração será publicado no meio oficial, de acordo com o disposto no art. 38 da Lei nº 13.019 de 31/07/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Vargem Grande Paulista para esclarecer as dúvidas de interpretações deste Instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

– Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei Federal nº 13.019/2014 que não foram mencionados neste instrumento.

- E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Vargem Grande Paulista, ____ de _____ de 2.018.



Novo tempo. Nova história

PREFEITURA DE VARGEM GRANDE PAULISTA



MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE PAULISTA _____

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL _____



TERMO DE REFERÊNCIA

DESCRIÇÃO DO PROJETO PARA CHAMAMENTO PÚBLICO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV)

1. APRESENTAÇÃO

Tornamos público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Vargem Grande Paulista, através da Secretaria de Assistência Social receberá os Planos de Trabalhos das entidades que pleiteiam firmar “Termo de Colaboração”, conforme lei 13019/14, para executar Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no âmbito municipal voltado a indivíduos portadores de necessidades especiais, intelectual e/ou associadas.

2. OBJETO

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para pessoas com deficiência: é um serviço realizado em grupos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seus ciclos de vida, com o objetivo de assegurar espaços de convívio familiar e comunitário, o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade, valorizar a cultura das famílias e comunidades, promover vivências lúdicas, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade e promover a socialização e convivência, para até 36 (trinta e seis) indivíduos por ano.

Público: Pessoas com deficiência intelectual, com deficiência múltipla (deficiência intelectual associada à deficiência física), com idade entre 13 (treze) a 29 (vinte e nove) anos.

3. DAS DIRETRIZES DO ATENDIMENTO DO SCFV

O serviço é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias e possui caráter proativo e preventivo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários.

Deve propor o alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento de desigualdades sociais.

Deve ser ofertado de modo continuado, a garantir as seguranças de acolhida, de convívio familiar e comunitário, além de assegurar o desenvolvimento da autonomia nos usuários.

O trabalho do SCFV deve ser organizado em percursos de forma a estimular trocas culturais e a partilha de vivências, desenvolver o



sentimento de presença e de identidade, fortalecer os vínculos familiares, sempre sob a perspectiva de incentivar a socialização e a convivência familiar e comunitária.

4. CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

Desenvolvimento de atividades que tem por foco a constituição de espaço de convivência, a partir dos interesses, demandas e potencialidades de crianças, adolescentes e adultos de 13 (treze) a 29 (vinte e nove) anos, sem distinção de sexo, com atraso no desenvolvimento, atraso na linguagem, dificuldade de aprendizagem, defasagem escolar e com deficiência intelectual e múltipla.

Objetivo geral

Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural das crianças, adolescentes e adultos, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã, bem como favorecer aquisições para a conquista de autonomia, do protagonismo e da cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Objetivos específicos

- a) Prevenir a institucionalização e a segregação de pessoas com deficiência, assegurando convivência familiar e comunitária;
- b) Promover acesso aos serviços das demais políticas públicas, em especial serviços de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes;
- c) Disponibilizar informações sobre direitos e participação, oportunizando o exercício de cidadania;
- d) Possibilitar experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas habilidades;
- e) Favorecer o desenvolvimento de atividades inter-geracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários;
- f) Estimular a reinserção e permanência da criança e adolescente no sistema educacional;
- g) Assegurar espaço para convívio grupal, comunitário e social, e o desenvolvimento de relações de solidariedade e respeito mútuo;
- h) Incentivar a participação na vida cotidiana do território desenvolvendo competências para a compreensão crítica da realidade social e o mundo contemporâneo;
- i) Desenvolver ações com as famílias para o fortalecimento de vínculos familiares e sociais, visando à proteção e o desenvolvimento dos crianças e dos adolescentes.



Funcionamento

As atividades devem ser desenvolvidas no período matutino e vespertino em contra turno com as atividades escolares, com formação de grupos para atendimento de até 36 (trinta e seis) pessoas. Cada grupo terá uma carga horária de 15 (quinze) horas semanais, divididas em cinco encontros por semana. Poderá haver atividades externas com prévio agendamento de acordo com a demanda apresentada.

Oferta de transporte devidamente adaptado às necessidades do público atendido, conforme regramento vigente;

Oferta de no mínimo uma refeição por período;

5. FORMA DE ACESSO AO SCFV

Demanda encaminhada e/ou validada pelo CRAS de referência. Avaliação para emissão de laudo de Psicodiagnóstico, para elegibilidade do atendimento que devera ser realizada pela ENTIDADE, para todos os casos encaminhados pelo CRAS, conforme item 5.1.

6. ESPAÇO FÍSICO

A estruturação física do serviço deverá seguir os padrões discriminados neste item A sede do serviço deverá contemplar:

- a) sala (s) de atendimento individualizado: ambiente (s) que deve (m) garantir a privacidade do atendimento prestado aos usuários e o estabelecimento de vínculos de confiança com os profissionais do serviço;
- b) sala(s) de atividades coletivas e comunitárias: espaço destinado à realização de atividades grupais, tendo uso múltiplo, com capacidade para ate 40 usuários;
- c) espaço abertos para atividades lúdicas e esportivas, em instalações próprias ou cedidas;
- d) cozinha, despensa e refeitório: espaço para organização e elaboração das refeições e lanches a serem oferecidos no decorrer de atividades com os participantes do SCFV;
- e) instalações sanitárias exclusivas para as crianças e adolescentes com separação de uso feminino e masculino;
- f) acessibilidade em todos seus ambientes para pessoas com deficiência;
- g) iluminação e ventilação adequadas;
- h) limpeza e conservação do espaço.

7. QUADRO DE RECURSOS HUMANOS

FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	QUANTIDADE
Coordenadora	10 horas	1



Institucional		
Assistente Social	16 horas	1
Psicóloga	12 horas	1
Administrativo	44 horas	1
Faxineira	44 horas	1
Monitores	44 horas	2
Orientadores Sociais	44 horas	2
Facilitadores	12 horas	3
Fisioterapeuta	12 horas	1
Terapeuta Ocupacional	12 horas	1
Psiquiatra	3 horas	1
Neurologista	4 horas	1

8. DA NATUREZA DAS DESPESAS

Remuneração de pessoal e encargos;
Aquisição de material didático;
Aquisição de material de consumo;
Manutenção de equipamentos;
Custeio de energia elétrica, água, serviços de telefonia;
Transporte escolar;
Gêneros alimentícios;

9. DA VIGENCIA

12 meses, a partir da data da celebração do termo de colaboração, podendo ser prorrogado conforme regramento vigente;

10. DA FORMA DE REPASSE DOS RECURSOS

O repasse de recursos será realizado, pela SEAS à entidade, no valor de até R\$ 1.090,00 (mil e noventa reais), por mês, por indivíduo comprovadamente atendido.

A Secretaria Municipal de Assistência Social repassará mensalmente a entidade conveniada o valor estimado utilizando recursos municipais.

8.3 O valor do repasse mensal NÃO poderá ser alterado, caso demande ajustes, durante a execução do termo de colaboração.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

02.05.04.08.244.4003.2132 – PROTEÇÃO SOCIAL BASICA

33.50.43.00 –SUBVENÇÕES SOCIAIS

Valor anual previsto para a reserva R\$ 392.400,00 (trezentos e noventa e dois mil e quatrocentos reais), considerando 10 (dez) meses do presente exercício, e R\$ 78.480,00 (setenta e oito mil e quatrocentos e oitenta reais), considerando dois meses para o exercício de 2019, perfazendo o montante de R\$ 470.880,00 (quatrocentos e setenta mil, oitocentos e oitenta reais).

O valor mencionado no item 10.1, foi apurado com base nas seguintes considerações: Foram considerados os valores per capita



Novo tempo. Nova história

PREFEITURA DE VARGEM GRANDE PAULISTA



consignados para no ultimo termo de convênio celebrado em 2016, entre esta Municipalidade e entidade especializada (anterior à vigência da Lei 13.019/14), conforme Processo 051/2016, e a estes foram aplicados o IPCA-IBGE acumulados em 2017, objetivando a atualização financeira para recomposição de perdas inflacionarias; A disponibilidade orçamentária conforme LDO e LOA e pesquisas extra-oficiais realizadas em período anterior, junto à algumas instituições que ofertam o atendimento específico, objeto do presente.

O Presente teve sua origem com base no parecer social constante no Pr. 8172/2017 (apenso).

Vargem Grande Paulista, 04/01/2018.

**SOELI APARECIDA VALERIO RAMOS
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**



TERMO DE REFERÊNCIA

ÓRGÃO INTERESSADO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

DESCRIÇÃO DO PROJETO PARA CHAMAMENTO PÚBLICO

DO TÍTULO

Educação Especial - Atendimento Educacional Especializado Exclusivo

DA JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

É imprescindível o desenvolvimento de ações e a promoção de recursos institucionais direcionados à inclusão de alunos com deficiência. O objetivo compartilhado é de contribuir para o processo de inclusão do aluno com deficiência e seu atendimento educacional, tendo em vista a criação de condições favoráveis de aprendizagem, desenvolvimento e participação social. Esta ação visa dar acesso e oportunidades educacionais aos alunos com diagnóstico de deficiência intelectual, múltipla (deficiência intelectual associada a outra deficiência) e com transtorno global do desenvolvimento, associados à deficiência intelectual, que necessitam de apoio permanente/ pervasivo para a sua educação, cujas condições individuais impossibilitem a inclusão escolar imediata e/ou permanência na rede comum.

DA IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Constitui objeto deste a seleção de organizações da sociedade civil para formalizarem Termo de Colaboração, instrumento por meio do qual os partícipes estabelecem obrigações recíprocas e de interesse público, por iniciativa da Administração Pública, para a consecução de finalidades específicas que envolvam a transferência de recursos financeiros.

A entidade deverá se comprometer a executar o serviço de Educação Especial - Atendimento Educacional Especializado Exclusivo - Escolarização Inicial (Ensino Fundamental – Fase I), na modalidade de Educação Especial, com deficiência intelectual, deficiência múltipla (deficiência intelectual associada a outra deficiência) e/ou transtorno global do desenvolvimento associado à deficiência intelectual que necessitam de apoio pervasivo.

O atendimento deverá prever:

- No mínimo 200 (duzentos) dias letivos,
- No mínimo com 800 (oitocentas) horas, distribuídos em 5 (cinco) dias da semana,
- Período destinado ao recesso e férias, com calendário escolar devidamente homologado.
- Oferecer os apoios complementares necessários à Educação Especial
- Transporte



- Alimentação
- Material escolar

Devido à complexidade do atendimento aos alunos das Escolas de Educação Especial, e conforme o público-alvo, além do professor especializado, pode-se contar com a presença de cuidadores, quando necessário, considerando os apoios educacionais indicados a estes alunos, tais como: alimentação diferenciada, cuidados na higienização, apoio na locomoção, manejo comportamental, apoio na execução das atividades de sala de aula. O agrupamento deverá ser flexível, de acordo com os critérios estabelecidos pela regulamentação vigente

PÚBLICO-ALVO: Alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental – crianças até 12 (doze) anos de idade.

DO TIPO DE PARCERIA
Termo de Colaboração

DA VIGÊNCIA

12 (doze) meses, a partir da data de celebração do Termo de Colaboração, podendo ser prorrogado por igual período, obedecendo aos termos da legislação vigente que rege a celebração dos referidos termos.

DO PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

DO VALOR: Será repassado à Entidade, pelos serviços prestados, o valor mensal de R\$14.520,00 (quatorze mil, quinhentos e vinte reais).

O repasse à Entidade, pelos serviços prestados, será de R\$ 1.210,00 mensal, por criança participante, limitada à participação a um máximo de 12 (doze) crianças.

Os alunos serão matriculados pela Secretaria Municipal de Educação e encaminhados para a instituição.

Da natureza da Despesa:

- a) Remuneração de pessoal e encargos;
- b) Aquisição de material didático-pedagógico;
- c) Aquisição de material de consumo;
- d) Aquisição de material de expediente/ e ou escolar;
- e) Aquisição de materiais para pequenos reparos;
- f) Manutenção de equipamentos;
- g) Pagamentos de conta de água/luz/serviços de telefonia;
- h) Outros serviços relacionados à manutenção e conservação da instituição.
- i) Transporte Escolar
- j) Merenda Escolar



DO DESEMBOLSO

As parcelas serão repassadas mensalmente, durante o período de 12 (doze) meses. O repasse das parcelas mensais estará vinculado à aprovação do calendário institucional pelos órgãos gerenciais, incluindo os períodos destinados ao recesso e às férias escolares.

DA DESCRIÇÃO DA META QUANTITATIVA

Atender até o limite de 12 (doze) alunos.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.03.05.12.367.2003.2030 – Desenvolvimento de Ações Educacionais às pessoas com necessidades especiais. 3.350.43.00 – Subvenções Sociais.

Valor anual previsto para reserva: R\$ 174.240,00 (cento e setenta e quatro mil duzentos e quarenta reais).

DA SELEÇÃO

A instituição será selecionada por meio da Comissão de Seleção e Julgamento de Parcerias designada para tal fim, observando-se, no que toca à sua constituição e às suas atribuições, às normas gerais da Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei 13.204/2015, regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 003, de 02 de janeiro de 2017.

As propostas serão processadas e julgadas pela Comissão de Seleção e Julgamento de Parcerias, considerando a legislação vigente correspondente ao Terceiro Setor.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Anexo I, descrição dos valores correspondentes às despesas de custeio estimadas à execução da Educação Especial - Atendimento Educacional Especializado Exclusivo, se realizado pela Administração Pública, portanto, tendo em vista o princípio da economicidade, e considerando que o último convênio tinha como valor previsto R\$ 1.123,85 (hum mil, cento e vinte e três reais e oitenta e cinco centavos), aplicamos o reajuste inflacionário de 2016, de 7,48 % (sete, quarenta e oito por cento), obtendo assim o valor de referência para o chamamento público de R\$ 1.210,00 (hum mil, duzentos e dez reais).

Vargem Grande Paulista, 20 de dezembro de 2017

Departamento Municipal de Educação

Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo